

CÓDIGO FLORESTAL E O ALCANCE DO DESMATAMENTO ILEGAL ZERO

Brasília, 13 de abril de 2016 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas - CMMC



Instituto
de Pesquisa
Ambiental
da **Amazônia**

O Código Florestal e o alcance das metas brasileiras da COP 21: oportunidades e desafios



OBSERVATÓRIO
DO CÓDIGO
FLORESTAL

Tiago Reis, *MSc*

Pesquisador de política ambiental

- Qual o papel do Código Florestal na redução das emissões brasileiras?
- Quais as oportunidades para implementação do CF?
- Qual é o tamanho desse desafio?
- Quais os incentivos presentes “na mesa” para os desafios?

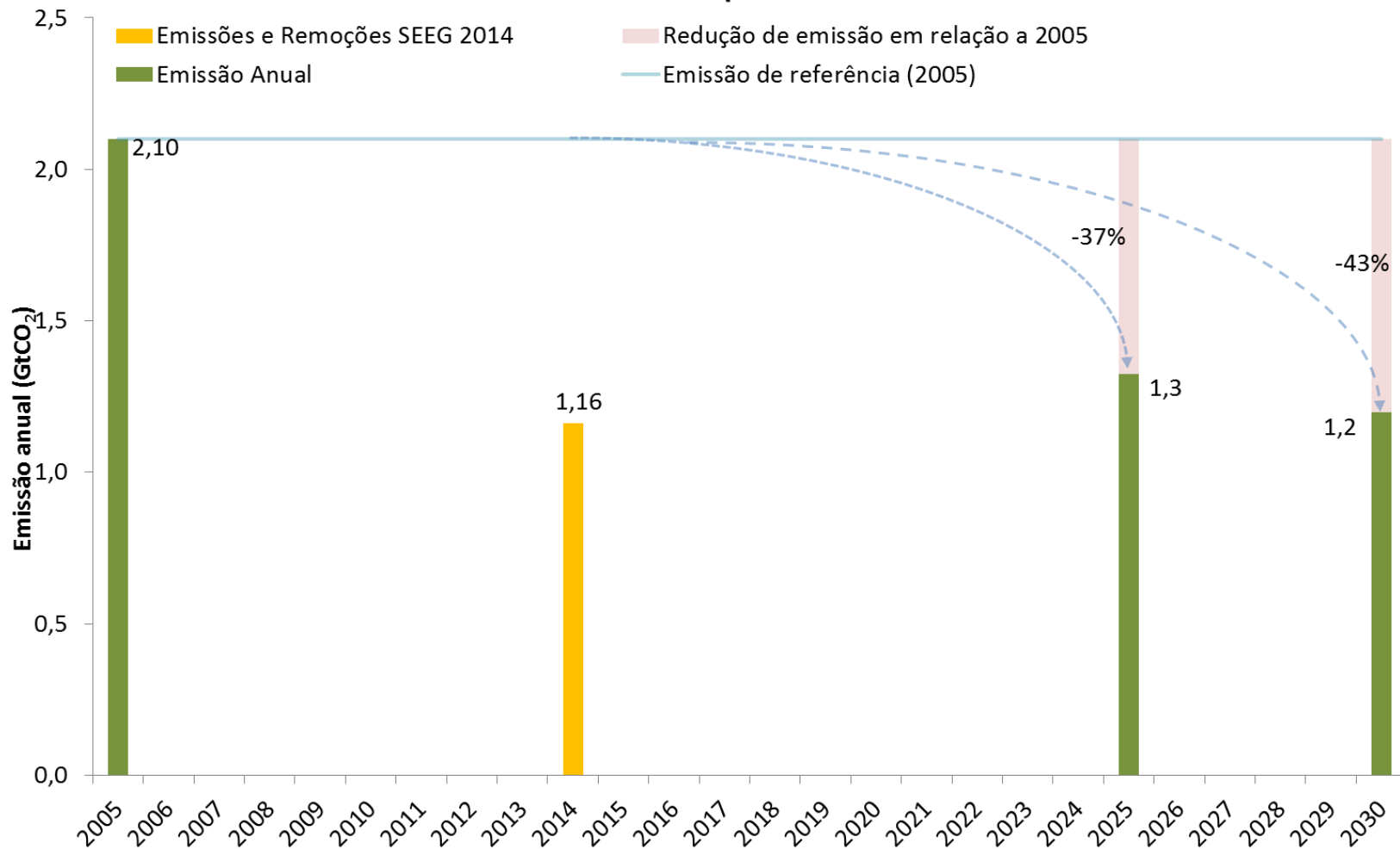
NDC* BRASILEIRA E O CÓDIGO FLORESTAL

* CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA

- Fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal;
- Fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030
- Compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030;
- Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos;
- Ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas;

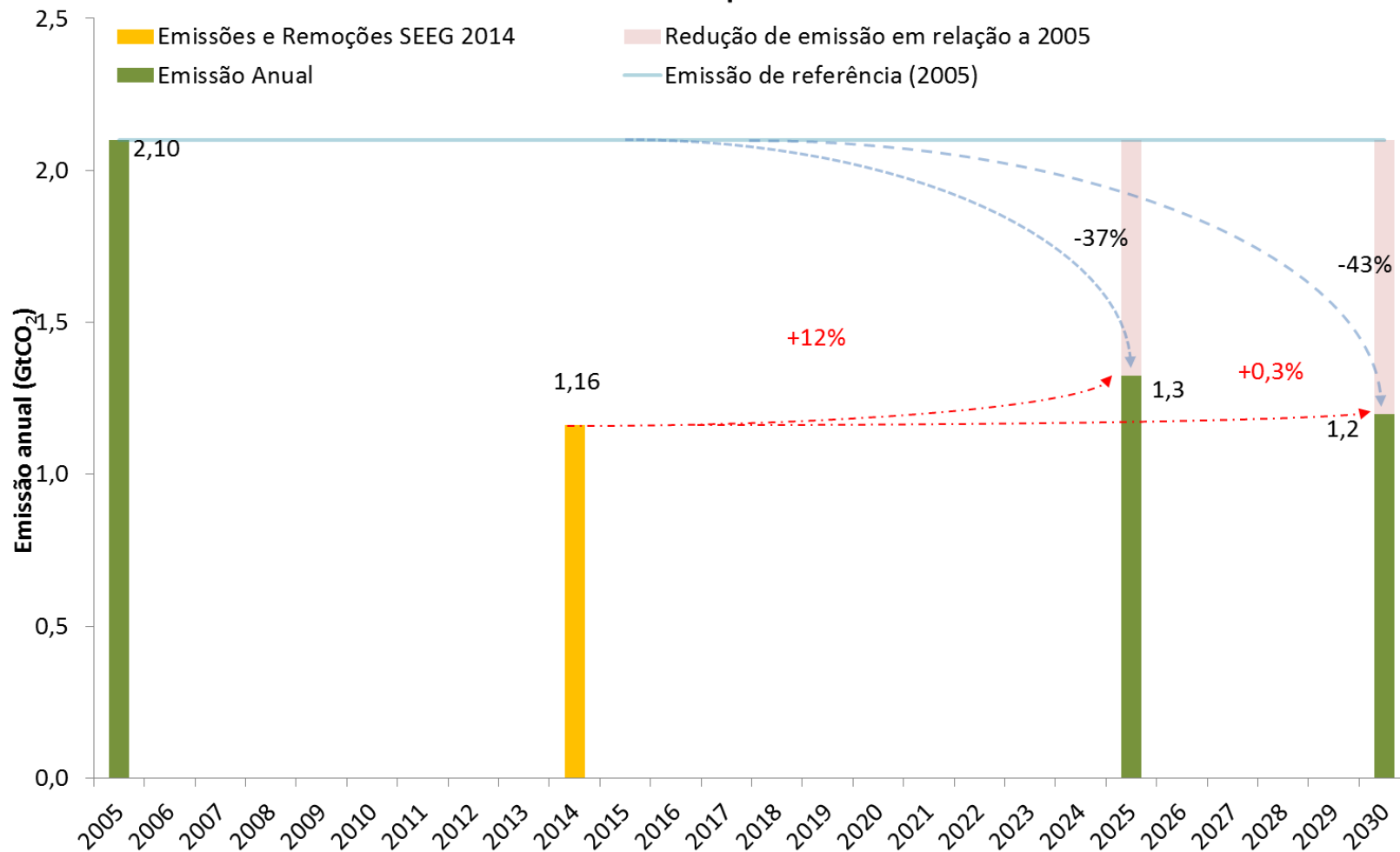
Metas de Redução de gases estufa do Brasil (emissões líquidas)

iNDC do Brasil para COP 21



Metas de Redução de gases estufa do Brasil (emissões líquidas)

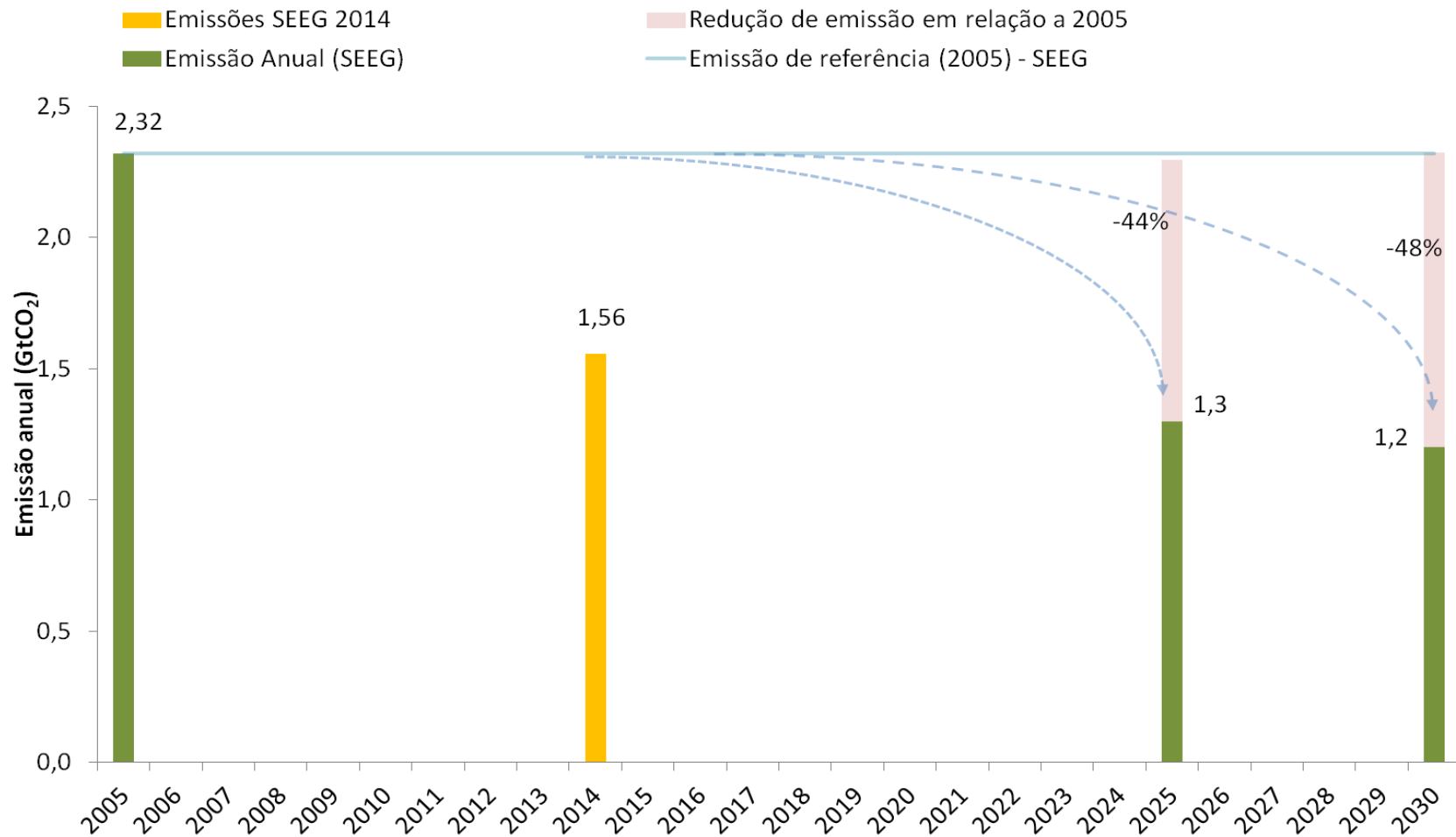
iNDC do Brasil para COP 21



EMISSIONES LÍQUIDAS X EMISSIONES BRUTAS

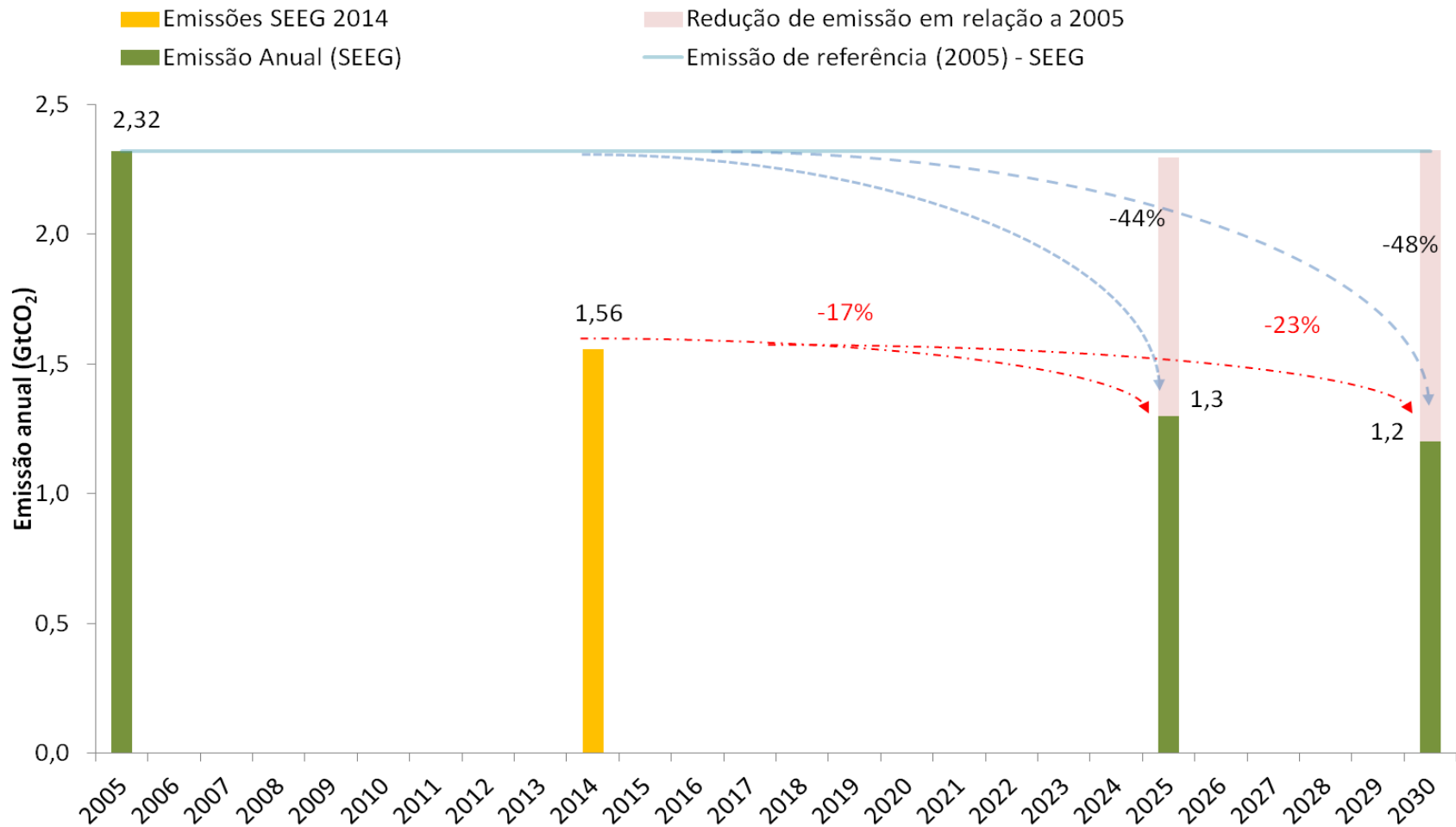
Metas de Redução de gases estufa do Brasil (emissões brutas)

iNDC do Brasil para COP 21



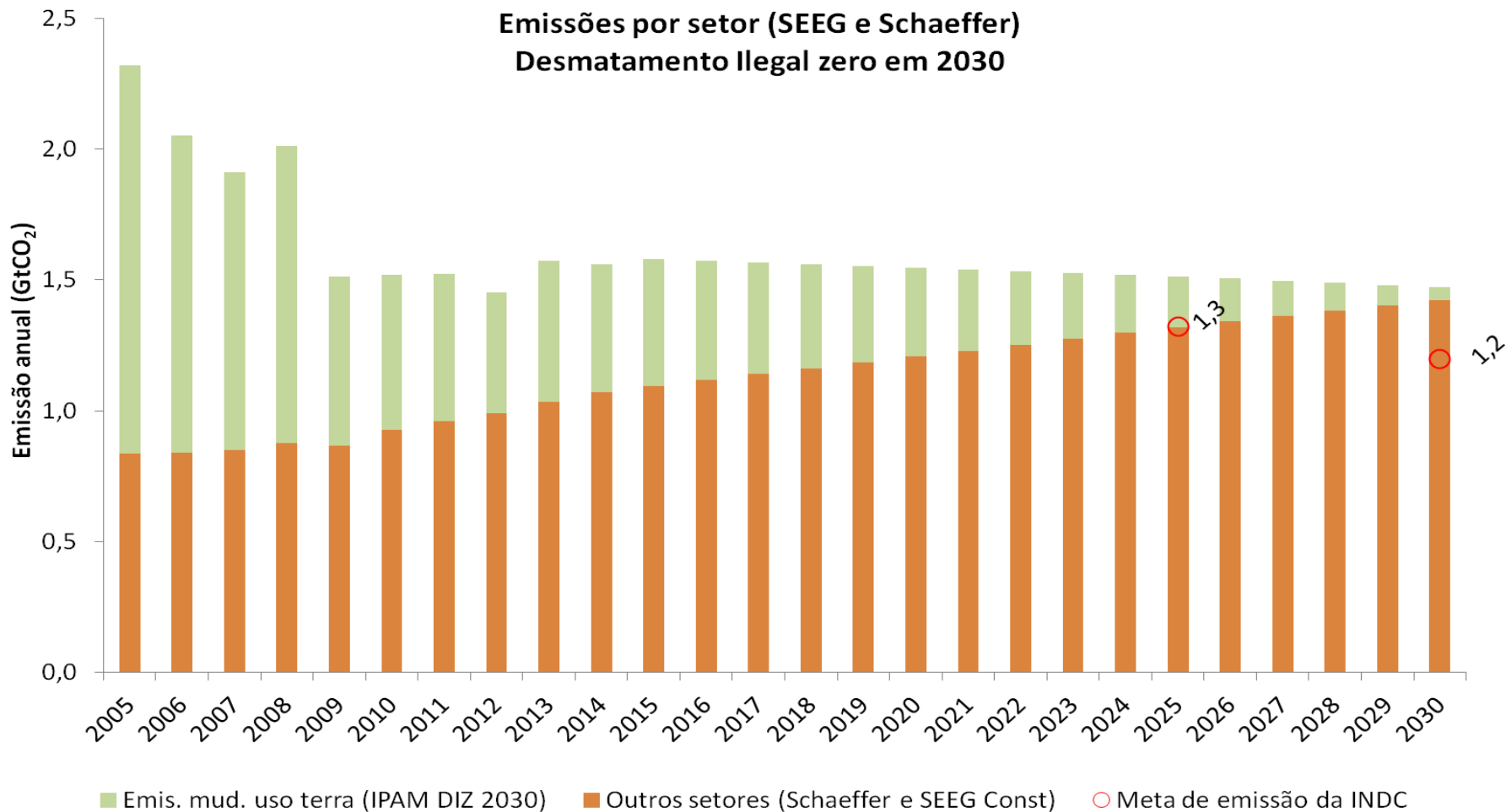
Metas de Redução de gases estufa do Brasil

iNDC do Brasil para COP 21

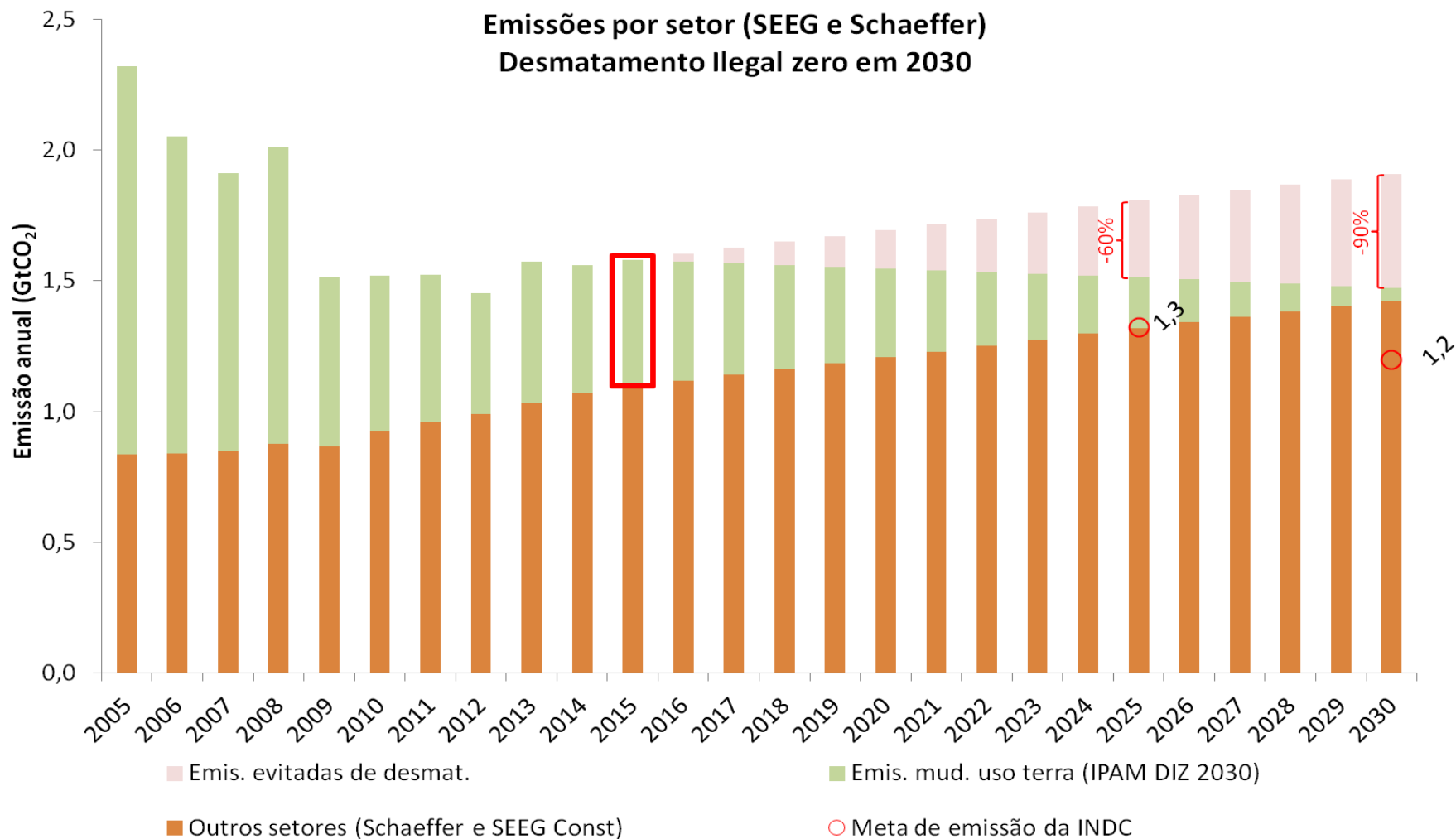


Cenário de redução de emissões usando a redução do desmatamento ilegal

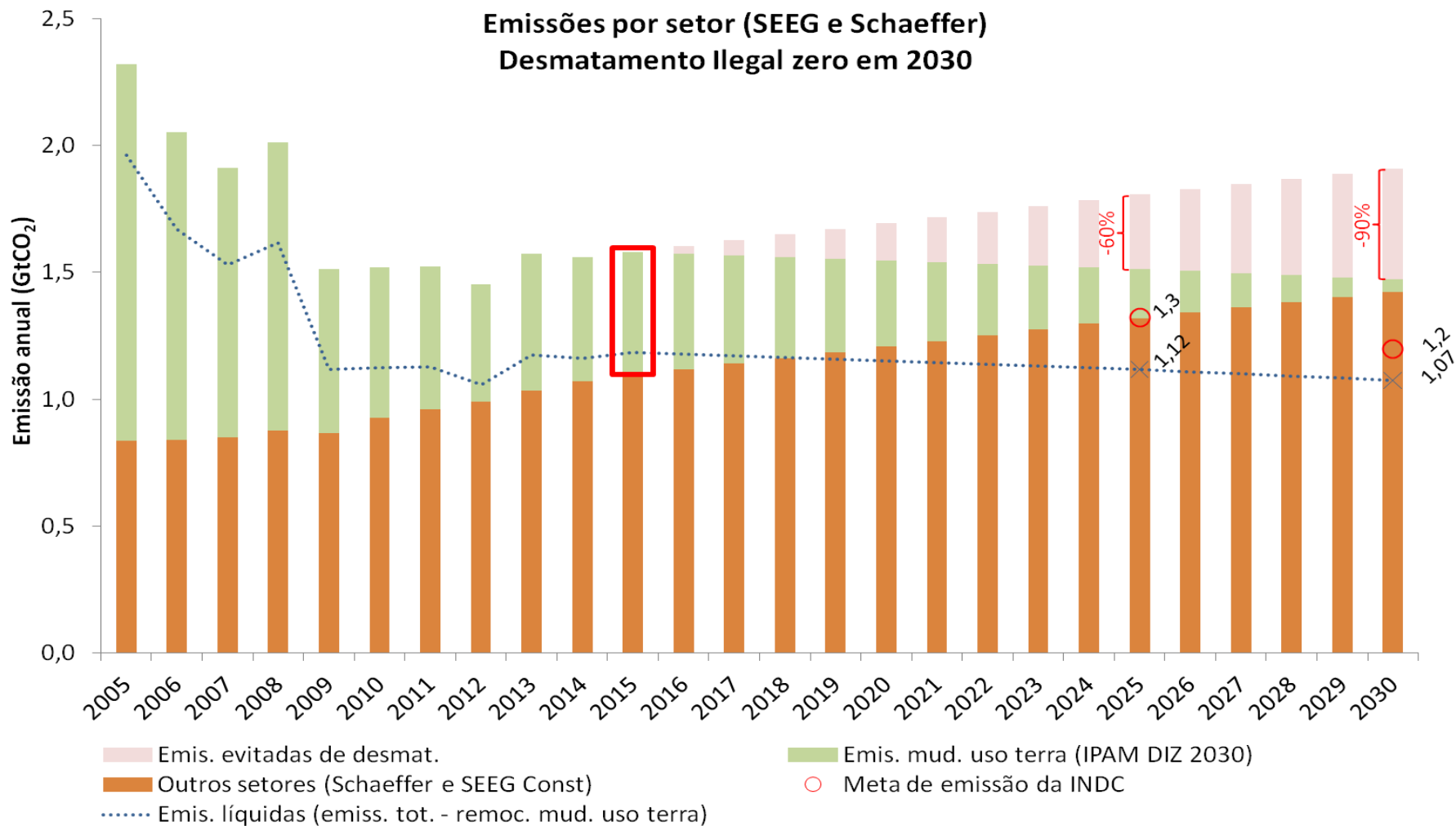
Emissões por setor (SEEG e Schaeffer)
Desmatamento Ilegal zero em 2030



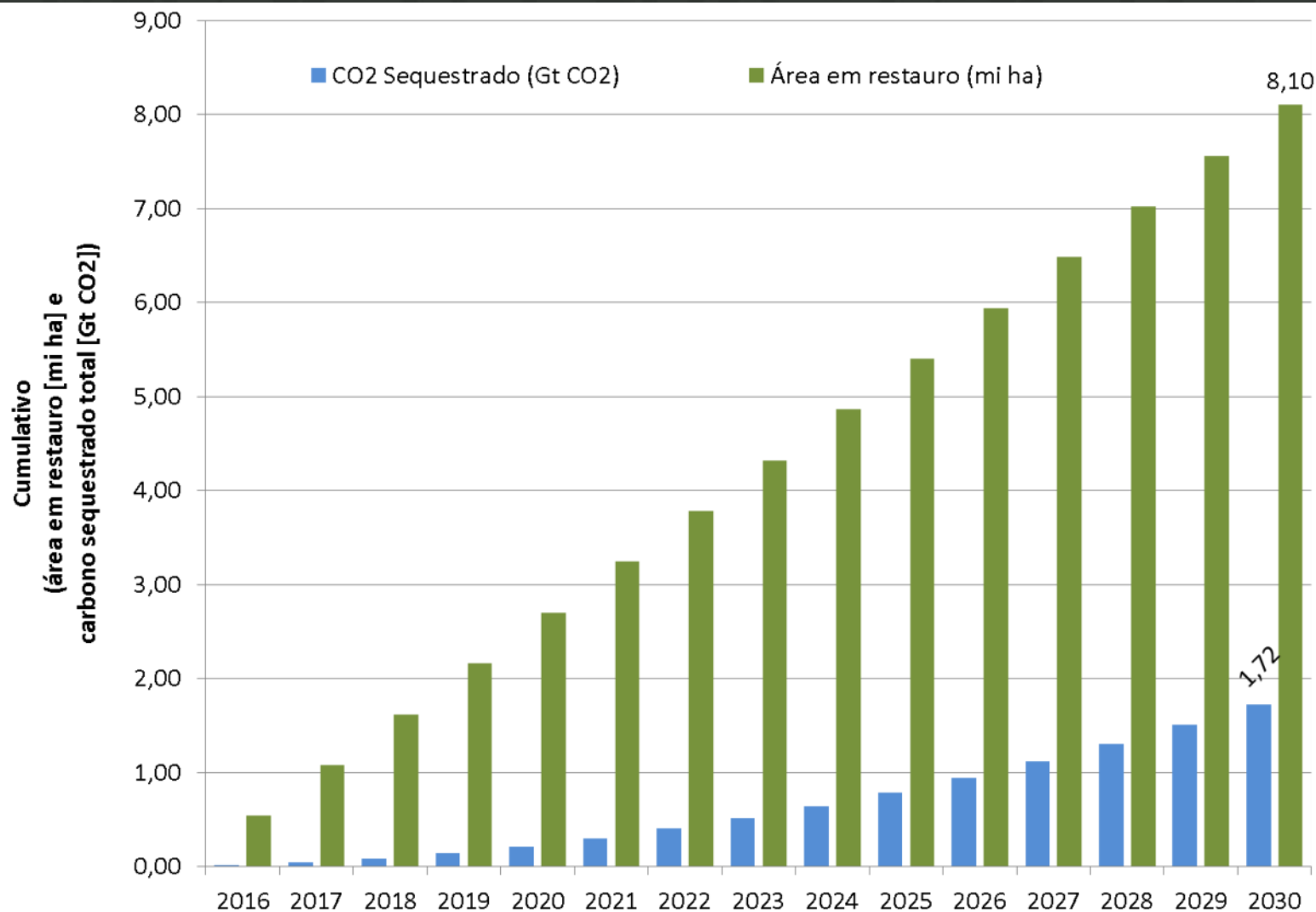
Cenário de redução de emissões usando a redução do desmatamento ilegal



Cenário de redução de emissões usando a redução do desmatamento ilegal

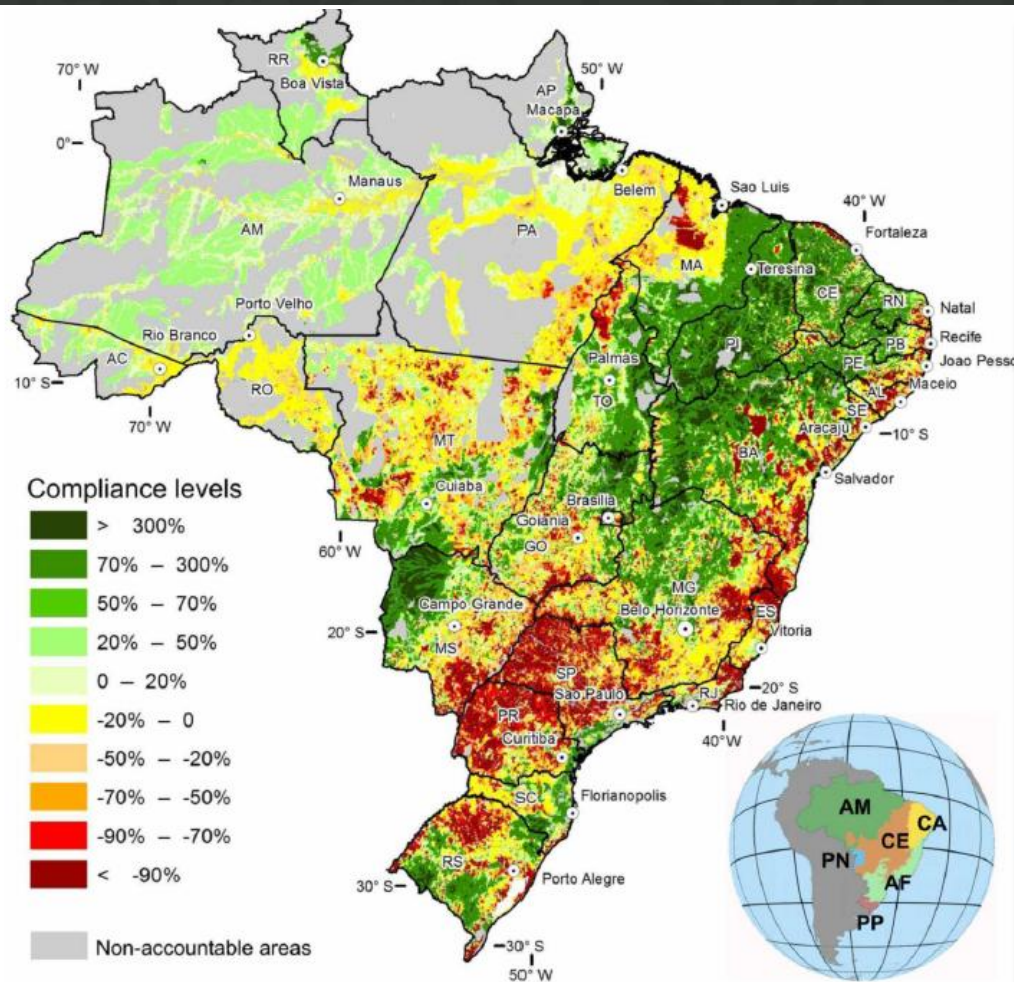


Remoções devido ao restauro do passivo da Amazônia



Fontes:
Palermo, 2011;
Soares-Filho et. al, 2014

**O QUE O CÓDIGO FLORESTAL
SIGNIFICA PARA O CLIMA E
POR QUE SUA
IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA É
FUNDAMENTAL?**



Soares Filho et al. Science, 2014

281 milhões de hectares de vegetação nativa remanescente em imóveis rurais brasileiros

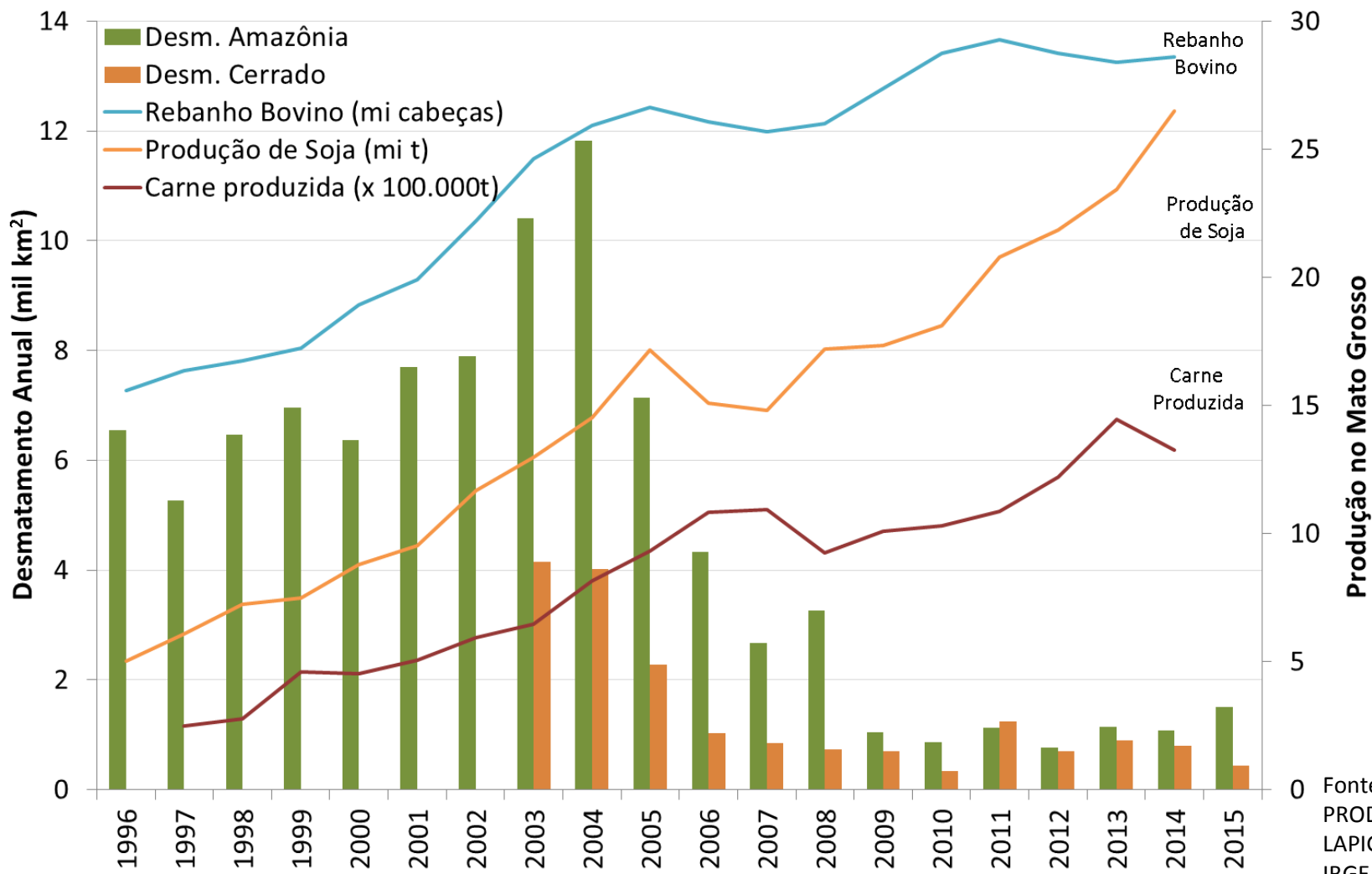
69% = Reserva Legal e APP (87 Gton CO₂)

31% = excedentes de Reserva Legal (18 Gton CO₂) – ou seja, o desmatamento legal emitiria 1,2 GtonCO₂ ao ano entre 2016 e 2030.

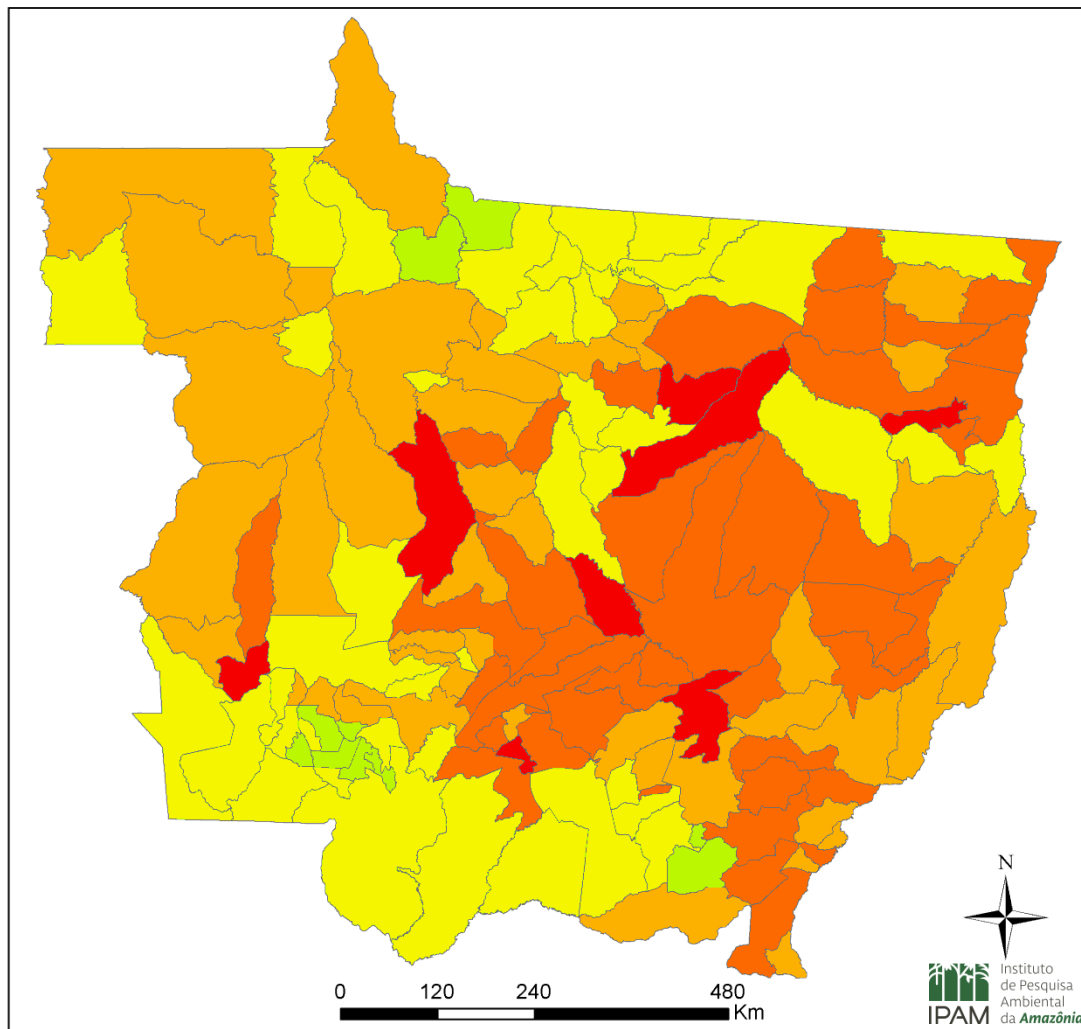
A área a ser restaurada é de 20 a 24 milhões de hectares, sendo 78% passivo de Reserva Legal e 22% déficits de Áreas de Proteção Permanente

OPORTUNIDADES

É possível aumentar produção agropecuária e não desmatar



Fontes:
PRODES/INPE;
LAPIG/UFG;
IBGE.



Localização



- Outros estados
- Estados Amazônicos
- Mato Grosso

Lotação Bovina 2014

- < 0,5 cab/ha
- 0,51 a 1,00 cab/ha
- 1,01 a 1,50 cab/ha
- 1,51 a 2,00 cab/ha
- 2,01 a 2,50 cab/ha
- 2,51 a 3,00 cab/ha
- > 3,01 cab/ha

Fonte:
IBGE e IMEA, 2015

SOJA



17% do mercado
4.5M tons, 3.81 (R\$ million).



13% do mercado:
3M tons, 2.54 (R\$ million).



Processa 40% da soja chinesa
importada do Brasil (11.3M tons).

CARNE

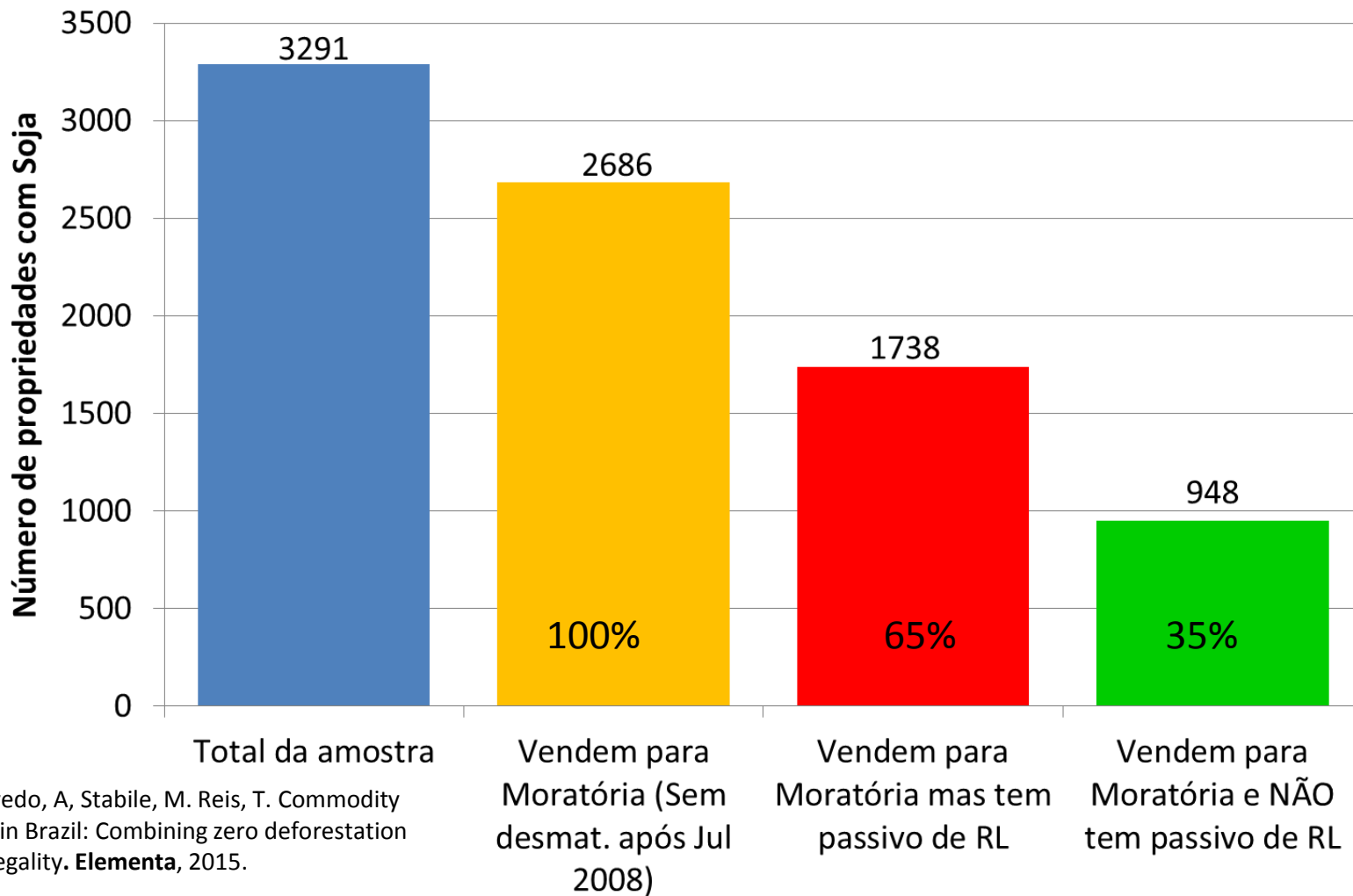


A três maiores companhias perfazem 50% do
mercado brasileiro de carne (~105M cabeças de
gado em 2013).



DESAFIOS

Incluir cumprimento do Código nos compromissos de desmatamento zero: exemplo da falta de conformidade com o CF - o caso da soja em MT



Fonte: Azevedo, A, Stabile, M. Reis, T. Commodity production in Brazil: Combining zero deforestation and zero illegality. **Elementa**, 2015.

Pesquisa feita com 100 produtores de Mato Grosso e Pará

Tendência de buscar a regularização (% da área com passivo):

- Políticas atuais: 11%
- Governo forte: 16%
- Restrições de mercado: 75%
- Gov+Mercado: 81%

Fonte: Rayane (2016) ESTIMATIVA DA DEMANDA POR REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO DE RESERVA LEGAL NOS ESTADOS DO PARÁ E MATO GROSSO, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Análise e Modelagem Ambiental, UFMG: Belo Horizonte.

Azevedo, A. Raoni, R. et al, submetido a PNAS, 2016.

INCENTIVOS

- Uma boa parte desses incentivos estão dentro do próprio CF, mas ainda não funcionam (ex.: Art 41: É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente);
- Várias políticas e instrumentos tributários já existentes ainda não incorporaram o CF (ex. ITR, compras governamentais);
- Crédito Agrícola no Brasil: quase 200 bilhões de reais indo para o campo anualmente: há alguma diferenciação para quem cumpre o CF?

As engrenagens para o funcionamento do Código Florestal



- O cumprimento do Código Florestal é essencial ao alcance das metas brasileiras (*visão estratégica para o CF*);
- O desmatamento legal também deveria ser eliminado, do contrário nossas metas estão ameaçadas, e os instrumentos econômicos do CF podem contribuir para isso;
- O mercado deve ser um grande demandador do CF, mas os governos terão que dar respostas rápidas;
- Vários incentivos públicos necessários para mudar a atratividade para o cumprimento do CF já existem, mas precisam ser ligados ao CAR/CF;

- Controle social, monitoramento e avaliação da implementação do CF;
- Apoio aos estados na regulamentação;
- Pesquisa e promoção dos incentivos econômicos para implementação do CF;
- Monitoramento e promoção da transparência de dados;
- Diálogo inter-setorial.

Equipe de trabalho:
Andrea Azevedo
Marcelo Stabile
Tiago Reis



IPAMamazônia



IPAM_amazonia



IPAMclima

www.ipam.org.br

tiago.reis@ipam.org.br